

PROFESSORES NA LUTA DE CLASSES: RELEMBRANDO LUKÁCS

Proletarianization and teacher unionization: remembering Lukács

Flamissiano Izidio Batista³

Recebido em: 10 fev. 2018

Aceito em: 25 maio 2018

RESUMO

O estudo trata-se de um artigo que visa, analisar as contribuições de Georg Lukács em História e Consciência de Classe. Por meio de revisão bibliográfica, com cruzamento de ideias e discussão entre autores, este estudo discutiu e analisou qual o posicionamento e a função do professorado da educação básica pública brasileira na luta de classes a partir do marxismo. Para tanto, foram analisados estudos sobre o posicionamento do professorado enquanto classe de acordo com a teoria marxista, concluindo com seu posicionamento alinhado ao proletariado. Em seguida, a tese da proletarianização docente no Brasil, entendida como o processo de transformação do professorado em classe explorada pelo capital, cada vez mais próxima do proletariado. Ainda, identificado e analisado o processo de sindicalização docente no Brasil, entendido como um processo importante de identificação política entre o professorado e o proletariado. Por fim, visando o cumprimento do objetivo, foram analisadas as contribuições de Georg Lukács em História e Consciência de Classe no sentido de um resgate histórico do sentido da união entre os trabalhadores e de sua consciência de classe.

Palavras-chave: Consciência de Classe. Proletarianização Docente. Sindicalização Docente.

ABSTRACT

It is an article that aims, through a bibliographical review with cross-ideas and discussion among authors, to discuss and analyze the position and function of the Brazilian public basic education teachers in class struggle from Marxism. In order to do so, it was first analyzed studies on the position of the teacher as a class according to the Marxist theory, concluding with its position aligned with the proletariat. After that, the thesis of teacher proletarianization in Brazil was analyzed, understood as the process of transformation of the teaching staff into a class exploited by capital, increasingly closer to the proletariat. Subsequently, the process of teacher unionization in Brazil was identified and analyzed, understood as an important process of political identification between the professorship and the proletariat. By yes, aiming at the fulfillment of the objective, the contributions of Georg Lukács in History and Class Consciousness were analyzed in the sense of a historical rescue of the sense of union between the workers and their class consciousness.

Keywords: Class Consciousness. Teacher Proletarianization. Teacher Unionization.

³ Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia nesta mesma universidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o professor trabalha como funcionário, seja a nível municipal, estadual ou federal, seja ela pública ou privada. Ao se analisar o contexto histórico pelo qual esse grupo de profissionais passou nas últimas décadas, percebe-se que, de acordo com Hypolito (1997, p. 34)

Há um consenso entre os diferentes autores no que se refere ao processo de assalariamento dos professores, ao processo de funcionarilização docente em relação ao Estado, ao processo de desprofissionalização e perda de prestígio social, pelo menos quando se remetem aos processos ocorridos no Brasil.

Porém, não há consenso quando a questão é analisar em qual classe social se encaixa o professor dentro do capitalismo. A partir de uma perspectiva marxista, as concepções dos autores sobre o posicionamento de classe dos professores divergem, sobretudo entre proletariado e classe média.

A maioria dos autores defende que há um processo de proletarização acontecendo com o professorado brasileiro. Para Wenzel (apud Amaral & Brittes, 2012), proletarização é a condição de quem deixa de ser produtor individual e passa a integrar uma coletividade de trabalhadores, seja pela organização profissional ou por condições históricas e sociais de produção. A partir dessa tese, os autores partem do pressuposto de que os professores, alienados dos meios de produção, sobrevivem vendendo sua força de trabalho.

Nesse contexto, pensando sobretudo no professor que trabalha na esfera pública, partindo do pressuposto de que há uma proletarização desses profissionais, nos cabe refletir o que significa essa condição em relação ao posicionamento e função do professorado na luta de classes. Este artigo pretende, a partir de revisão bibliográfica, analisar e discutir: as questões relativas à classe social dos professores no Brasil e seu posicionamento nesse espectro a partir de uma perspectiva marxista; em quais condições se dá a proletarização docente e o que isso significa para o professorado público brasileiro; qual é o papel da sindicalização docente nesse contexto e; quais são as contribuições que Georg Lukács, em *História e Consciência de Classe*, pode dar no seio dessa discussão.

A CLASSE SOCIAL DOS PROFESSORES

Enquanto há autores que trabalham com a tese de que os professores fazem parte das classes médias (PEREIRA, 1969; GOUVEIA, 1970; MELLO, 1982; PESSANHA, 1994; APUD HYPOLITO, 1997), há autores que trabalham com a tese de que os professores se identificam política e socialmente com o operariado (ARROYO, 1980, 1985a, 1985b;

NORONHA & FAGUNDES, 1986; SÁ, 1986; SANTOS, 1985). Há ainda os autores que defendem a ideia de que o professor se encontra em uma posição contraditória de classe, entre o operariado e as classes médias (APPLE, 1988b, 1989; ENGUITA, 1991; HYPOLITO, 1991).

As pesquisas realizadas nesse âmbito, durante as décadas de 1960 e 1970, eram de cunho empírico, com base na origem familiar daqueles que se tornariam professores: seus pais eram em maioria escolarizados e caracterizados como classe média-baixa e média-média. Porém mesmo nesses estudos empíricos, os autores reconheciam a tendência à proletarização desses professores (HYPOLITO, 1997). Nesse sentido, mudanças eram apontadas:

[...] fortalecimento da profissionalização “qualitativa” da mulher-professora, intensificação da profissionalização do magistério primário e estilo menos estamentalizado de vivência da situação da classe assalariada – estão, portanto, as tendências da “proletarização” do magistério primário, patentes da queda relativa dos seus níveis de remuneração salarial e de prestígio ocupacional, e que pressionaram seus desempenhantes para modalidades de situação de classe média assalariada “inferiores” às anteriormente propiciadas por essa ocupação (PEREIRA apud HYPOLITO, 1997, p. 39).

Os autores que defendem a tese da proletarização docente desenvolvem em sua maioria trabalhos de caráter teórico-histórico, entendendo tal proletarização como um processo construído historicamente. Nessa perspectiva, defende-se que, independentemente de os professores realizarem trabalho manual ou intelectual, eles se identificam social, econômica e politicamente com o operariado (HYPOLITO, 1997).

No sentido de compreender essa transformação, que chamamos proletarização, Florestan Fernandes faz uma reflexão que a evidencia:

Seria impossível, por exemplo, quando me tornei assistente na Faculdade, ouvir algum professor dizer que ganhava salário. Um professor não dizia isso. Ele tinha proventos. A concepção estamental era tão forte, que ele se sentiria degradado se fosse considerado (ou se se considerasse) um assalariado. Hoje, não só quer ser assalariado, mas quer lutar como assalariado, quer até imitar os operários na luta econômica e política (apud HYPOLITO, 1997, p. 40).

Souza Sobrinho & Farias (2017), a partir da interpretação das obras de Marx, afirmam que o centro das relações de classes está nas relações de produção, reprodução e constituição política da classe. Sendo assim, o processo de tornar-se classe não se restringe a inserção direta nas relações sociais de produção, pois também envolve as alternativas de sua formação como parte de um coletivo, se dá no campo da luta de classes, na esfera da práxis e da concretização de suas formas organizativas. Esse processo conta com a transição de uma luta local para uma luta nacional, da luta setorializada para uma ação do conjunto dos trabalhadores, tornando a classe uma composição coletiva organizada ao redor de um programa comum. Analisando-se tais

ideias, pode-se afirmar que os estágios descritos foram experimentados pelos professores até certo nível.

Refletindo sobre trabalho produtivo dentro da teoria marxista, os autores defendem que o mesmo tem de produzir mais-valor, e além disso, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou que serve à autovalorização do capital. Defendem que na visão de Marx estaria superada qualquer possibilidade de estabelecer distinção de produtividade associada à natureza da atividade, seja manual ou intelectual. Logo, o trabalho produtivo não implica apenas uma relação entre a atividade e seu efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, vai além dessa relação pois está associado à relação social de produção, desenvolvida historicamente para qual o trabalhador é um meio direto de valorização do capital (SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017).

Evitando o fetichismo das coisas corpóreas, ou seja, tentar apresentar uma relação social em forma de coisa, pois em tal relação está contida certa quantidade de trabalho social, trabalho que objetiva o “atendimento de uma necessidade coletiva, portanto, mercadoria, capital e valor, não são coisas, mas relações sociais” (SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017). Há trabalho produtivo fora da esfera da produção material onde mesmo dissociado de um produto com forma corpórea, é passível de ser explorado ou subordinado às relações capitalistas de produção e reprodução gerando mais-valor. O conceito marxiano de trabalho produtivo se refere à forma social, então pode-se concluir que os resultados dos trabalhos são valores de uso, suportes materiais do mais-valor extraído, apropriados pelo capitalista (SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017).

Marx entende a força de trabalho como mercadoria capaz de produzir valor, na qual diferentes trabalhos são incorporados. Reduzindo-se esse trabalho à dimensão quantitativa, a diferença entre trabalho simples e complexo está na quantidade de trabalho incorporado na força de trabalho. Nesse sentido, o trabalho complexo possui além do trabalho necessário a sua reprodução física, também um “trabalho objetivado em sua existência imediata, a saber, os valores que consumiu para produzir uma capacidade de trabalho determinada, uma destreza particular” (MARX apud SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017). Esse trabalho refere-se à educação como processo de formação encabeçado por professores, que quando incorporada à força de trabalho gera uma capacidade superior de produção, ou seja, possui a qualidade de “modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo de trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica” (MARX apud SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017). Logo, a educação é trabalho concreto na medida que é capaz de desenvolver uma força de trabalho com aptidões e capacidades

desenvolvidas. Ao afirmar que os professores não fazem parte do proletariado por sua atividade ser intelectual apenas “resultaria eliminar a capacidade da teoria do valor do trabalho de explicar os valores distintos do trabalho simples e complexo” (SOUZA SOBRINHO; FARIAS, 2017).

Miranda (2009, p. 8), ao analisar os aspectos sócio históricos do trabalho docente, busca compreender a condição de classe desse grupo. Com base em elementos da natureza do trabalho docente a autora afirma que

Se não é possível afirmar que todos os professores – nas suas diferentes relações de venda de força de trabalho e atuação em níveis diversificados da educação - integram a classe trabalhadora, parece-nos, que um grande número de professores, em particular da Educação Básica, na tensão da luta de classes, tem-se encarnado trabalhador, com todos os dilemas, limites e possibilidades que esta condição carrega.

A autora leva em consideração a diversidade existente entre os diversos níveis e áreas de atuação do professor e se reserva da generalização de que todos esses profissionais fazem parte do proletariado, pois a “categoria docente se construiu enquanto classe, pois assim se organiza e se reconhece, o que não torna possível identificar uma forma homogênea de ação política” (MIRANDA, 2009, p. 7).

Fernandes (2010) defende que o professor tende a tornar-se um cumpridor de tarefas, reproduzidor das exigências curriculares, aplicador de conteúdo, sem tempo para ler, estudar, executando suas obrigações de modo mecânico assemelhando-se em um proletário, devido à perda da autonomia. O que diferencia é o produto fornecido por eles, pois ao invés de uma mercadoria concreta “o professor colabora na produção do aluno para que se torne um trabalhador, especializado em executar tarefas, em obedecer a ordens e que assim não questiona a realidade” (FERNANDES, 2010, p. 152). Essa visão converge com os argumentos de Souza Sobrinho & Farias aqui expostos, colocando o trabalho do professor como concreto e a serviço da reprodução do capital, como é com o proletariado.

Hypolito (1991, p. 14) aponta que quando consideramos o Estado como um agente que atua diretamente no sentido da acumulação do capital, sendo o professor seu funcionário, acaba por atuar como um meio para essa acumulação de capital, um partícipe da acumulação mediata do capital, sendo seu trabalho, portanto, produtivo. Porém, o autor é cuidadoso ao afirmar que o professor ainda mantém parte do controle sobre o seu trabalho, ainda goza de uma certa autonomia e, em muitos casos, não é facilmente substituído pela máquina. Nesse sentido, o professor faria parte da classe trabalhadora, mas em uma situação de ambivalência entre o profissionalismo e a proletarização determinada por situações historicamente constituídas. Porém, mesmo levando-se em conta a situação ambivalente que vivem, os professores estão situados mais num campo de constituição como classe trabalhadora do que como uma categoria

profissional. Se entendermos a constituição de uma classe como um movimento que se dá no embate das classes, forjada na própria luta de classes, “podemos dizer que o professorado está em processo de formação, no sentido de constituir-se parte da classe trabalhadora”.

Dada tal discussão, baseando-se nos argumentos até então apresentados, pode-se afirmar que se o professorado brasileiro da educação básica pública ainda não está inteiramente caracterizado e identificado como proletariado, está cada vez mais próximo de assim estar. Esse processo é tratado pelos autores como proletarização, e pensando no objetivo do presente trabalho, convém que identifiquemos e analisemos o referido processo.

PROLETARIZAÇÃO DOCENTE

A proletarização em Marx é em si o processo histórico da própria formação das classes no capitalismo. Inerente e relacionado a esse processo está a própria luta de classes, que gera classes como formas sociais em constante mutação. Sendo assim

[...] uma teoria de classes em Marx é histórica à proporção que percorre o caminho capaz de desvendar as mediações geradoras da classe e o seu desenvolvimento, ou seja, o movimento de proletarização. O fenômeno de proletarização como dimensão histórica do conceito de classe compreende o fenômeno de constante expropriação dos produtores reais e sua conseqüente redução à condição do trabalho assalariado, correspondendo à contínua incorporação dos mais variados produtores reais e independentes ao exército do proletariado. Assim, o processo de formação da classe trabalhadora conterá sempre uma dimensão inconclusa (SOUZA SOBRINHO, 2014, p. 258-259).

Souza Sobrinho (2014, p. 163) indica que Marx já denunciava uma tendência geral do capital em expandir e tornar absoluto o trabalho assalariado, gestando o fenômeno no qual “todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos os seus executores em assalariados”. Assim, Marx indica um processo histórico inerente ao capitalismo de redução de atividades antes consideradas superiores ao proletário à condição do mesmo, em outras palavras, o processo de proletarização em movimento. Assim, quando falamos de proletarização, temos que considerar esse processo como

[...] uma tendência do capital, de progressiva supressão das relações sociais remanescentes das formas sociais anteriores ou gestadas na fase primitiva do desenvolvimento capitalista, com sua subsunção à finalidade do capital de incessante produção de mais-valor, subordinando essas funções às suas correspondentes formas industriais – indústria hospitalar, indústria de advocacia, indústria de ensino etc. – em que os respectivos portadores, antes trabalhadores autônomos, são reduzidos a trabalhadores assalariados, regidos pela lei do salário. Assim, o preço de seu trabalho é estipulado pelo valor necessário à reprodução da sua força de trabalho, mesmo que essa seja trabalho qualificado (SOUZA SOBRINHO, 2014, p. 164).

Em seu estudo sobre a trajetória histórica dos professores brasileiros do ensino primário e suas relações de classe, Pessanha (1994) analisa os movimentos de ascensão e queda das classes médias – nela incluso o professorado, segundo seus estudos – durante a história brasileira. Para ela, na primeira metade do século XX essa classe média passa por uma ascensão, com a ocorrência da industrialização e da urbanização, chegando ao seu ápice de distanciamento da classe proletária nas décadas de 1950 e 1960. A partir dessas décadas, começa e se acentua sua queda, ligada à massificação da educação, feminização do magistério e a tentativa constante de barateamento dos custos da educação pelo Estado.

Pessanha realiza tal estudo em 1994, onde inclui os professores nas classes médias, porém reconhece a ocorrência de uma proletarização docente. A autora aponta estudos mais recentes, da década de 1980, que indicam “que frações mais baixas, com indicadores econômicos mais próximos das camadas mais “pobres” da população, é que aspiram ter professores primários na família” (PESSANHA, 1994, p. 96). Na atualidade, um número crescente de estudos aponta em direção à um contínuo processo de proletarização docente, defendendo uma identificação política cada vez maior do professorado em relação ao proletariado, concepção com a qual o presente estudo compartilha.

Tal queda da classe média apontada pela autora converge com o estudo de Braverman (1987) sobre o trabalho dentro do setor de serviços, onde demonstrou que a classe média clássica sofreu um processo de proletarização conforme foi perdendo suas qualificações e o domínio sobre seu processo de trabalho. Assim, o capitalismo colocou todos na condição de vendedores da mercadoria força de trabalho:

As camadas médias do emprego: como a classe trabalhadora, ela não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregada pelo capital e afiliados, não possui acesso algum ao processo de trabalho ou meios de produção fora do emprego, e deve renovar seus trabalhos para o capital incessantemente a fim de subsistir. Esta parcela do emprego abrange os engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e gerência, o considerável número dos empregados especializados e “liberais” ocupados em mercadejamento, administração financeira e organizacional e semelhantes, fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, repartições públicas, etc. (apud MIRANDA, 2005, p. 45).

Esse processo, identificado no Brasil por Pessanha (1994), contextualiza a proletarização docente brasileira. Trata-se de um processo de supressão das condições de trabalho da categoria engendrada sobretudo por um Estado que adquiriu novas funções com a gênese do capital monopolista, e direcionou os fundos públicos para setores considerados mais importantes que o setor de serviços (PESSANHA, 1994, p. 101). Nesse contexto, quando analisamos a questão da caracterização da classe social dos professores brasileiros, sobretudo do ensino público básico, devemos levar em consideração que

Se a categoria de docentes já pertenceu à classe média na esfera econômica, gozando de status social, ou como grupo que realiza potencialmente trabalho intelectual e/ou de supervisão, ou ainda, visto como pertencente ao grupo de profissionais liberais, na atualidade precisa de uma nova análise e, por conseguinte, uma nova definição de classe [...] a categoria que foi perdendo o prestígio social ao longo das últimas décadas era formada por uma determinada classe social e as novas gerações que começaram a compor esta categoria têm sua origem, em geral, na classe trabalhadora mais explorada (MIRANDA, 2005, p. 45-46).

Disso resulta um cenário onde o grau de autonomia do professor é cada vez menor, seja pela ampliação de sua jornada de trabalho e intensificação do mesmo, seja pelo rebaixamento do seu nível de qualificação (MIRANDA, 2005, p. 51). A proletarização é identificada como um “processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor” (TUMOLO E FONTANA apud ALVES, 2009, p. 31).

Outro fator frequentemente apontado por estudiosos da proletarização docente é a relação entre tal processo e a feminização do corpo docente. Para Ferreira (2006) essa feminização é o resultado de um processo de ampliação massiva da força de trabalho feminina na docência, que operou tanto sobre as representações quanto ao caráter desse trabalho, incluindo seu valor social, processo que mantém conexões importantes com a proletarização. Para Apple (1987 apud Ferreira, 2006), no transcorrer de décadas, formas patriarcais de concepção sobre a prática do ensino escolar foram sendo substituídas por formas mais técnicas, fenômeno associado à proletarização, principalmente a partir da segunda metade do século passado. Modificaram-se as representações sobre a docência, onde os gêneros tiveram papel importante, em especial o gênero feminino, de tal modo que o magistério passou a ser reconhecido como um trabalho de mulher (LOURO apud FERREIRA, 2006).

Dessa forma, conforme Ferreira (2006, p. 229), do

[...] ponto de vista sociológico quanto maior tem sido o grau de feminização, maior também o grau de proletarização de uma categoria, esses dois fenômenos foram sendo associados, declarando ou decretando a menor necessidade da mulher professora a um melhor salário e um maior status profissional.

Hypolito (1997) aponta que, de uma maneira geral, o processo de feminização foi irrefutavelmente mais forte no magistério, no que hoje chamamos de ensino fundamental I, e se deu em associação com a expansão do ensino básico e com transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que aconteceram a partir do século XX. Essas transformações se evidenciam a partir da consolidação do capitalismo industrial no Brasil e do processo de urbanização decorrente, onde houve um aumento exponencial no número de vagas para docentes, e essa demanda passou a ser cada vez mais suprida por mulheres.

É importante notar que esse processo não se dá apenas por determinações econômicas, a mulher não adentrou nessa área de trabalho apenas porque foi submetida. Trata-se de um processo complexo que relaciona a demanda por mão de obra do capitalismo industrial em desenvolvimento com características culturais próprias da sociedade brasileira historicamente desenvolvida, relativas ao modo como a mulher era tida como ser social, assim como o próprio movimento de luta social das mulheres em prol de seus direitos como cidadã – devemos analisar que em 1935, esse movimento já havia conquistado o direito do voto feminino.

As relações entre feminização e proletarização se dão a partir do momento que identificamos dois aspectos fundamentais da trajetória histórica do trabalho docente no Brasil: como é realizado esse trabalho, ou seja, a organização do trabalho docente e; quem realiza esse trabalho, em grande medida, mulheres. O processo de assalariamento, de controle pelo Estado, de perda da autonomia e do parcelamento do trabalho docente acontece simultaneamente à transformação desse trabalho em trabalho feminino (HYPOLITO, 1997). Além de coincidir, a feminização favorece a proletarização, dificultando a profissionalização do trabalho docente (ENGUIITA apud HYPOLITO, 1997). Não se trata de culpabilizar a mulher pelo processo de proletarização, mas sim de reconhecer que a presença massiva de professoras no ensino básico facilitou tal processo, no sentido de que “em toda a categoria ocupacional, as mulheres estão mais sujeitas a serem proletarizadas do que o homem” (APPLE apud HYPOLITO, 1997, p. 74).

Enguita (apud AMARAL & BRITTES, 2012) identifica quatro fases na inclusão dos professores no Magistério em relação à classe social dos mesmos: primeira, homens de classe média; segunda, homens da classe trabalhadora; terceira, mulheres de classe média; e quarta, mulheres de classe trabalhadora. Pode-se dizer que o Brasil se encontra, se não plenamente, em grande medida na quarta fase. Nesta última fase culmina a perda gradativa de um reconhecimento social, com o processo de proletarização dos professores, perdendo parte do controle e da coordenação de seu trabalho: agora, assalariados, são executores de uma proposta da escola, são trabalhadores coletivos, proletarizados (WENZEL apud AMARAL & BRITTES, 2012).

Mas, a visão sobre o processo de proletarização não pode se estreitar apenas à questão dos gêneros, dos processos desqualificadores e de submissão feminina, pois além desse processo encontramos novamente a questão das classes, onde “os cursos de magistério são abandonados pelas moças das camadas médias e passam a ser frequentados pelas jovens de camadas sociais mais baixas” (LOURO apud HYPOLITO, 1997, p. 75).

Uma evidência fundamental do processo de proletarização está no fato de que, com a ocorrência desse processo de precarização, parcelamento, desqualificação do trabalho docente

das últimas décadas, o professorado passou a organizar-se em torno de entidades sindicais. Cabe-nos, portanto, analisar até que ponto essas associações em entidades sindicais aproxima o professorado do proletariado e qual a importância desse processo.

SINDICALIZAÇÃO DOCENTE

O movimento sindical docente é oficializado durante a transição democrática, com o fim da Ditadura Militar. Antes disso, considerando que a maioria do professorado do país era composta pelo funcionalismo público, eram impedidos de criar sindicatos, quadro que mudou com a promulgação da nova Constituição em 1988. Ferreira (2006, p. 230) analisando o sindicalismo docente brasileiro, em especial do professorado público, aponta como principais características desse movimento

[...]as mobilizações massivas, típicas do sindicalismo combativo; a organização pela base, isto é, por local de trabalho (escola) e região, representando-se finalmente em organizações regionais; a paulatina identificação com o ‘novo sindicalismo’, por meio da filiação das entidades à CUT (Central Única dos Trabalhadores); e a posterior unificação de docentes e do funcionalismo em entidades únicas, no caso do ensino básico.

Atualmente, a entidade que congrega nacionalmente as demais entidades regionalizadas é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que tem como origem a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Ferreira (2006) afirma que as atuais entidades docentes possuem formas de organização e de atuação semelhantes a entidades não profissionais, ou seja, proletárias.

Percebe-se as ligações entre a proletarização e a sindicalização docente de diversas maneiras e em diferentes níveis. A própria concepção do professorado em relação a si como classe tem se transformado no processo:

A denominação ‘trabalhadores em educação’, em vez de ‘educadores’, ‘professores’ ou ‘profissionais da educação’, reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral (GADOTTI apud FERREIRA, 2006, p. 230).

A sindicalização docente é uma evidência sólida que reforça a tese da proletarização docente, sendo o primeiro processo inerente ao segundo. O assalariamento, a precarização, a diminuição da autonomia, fragmentação e parcelamento do trabalho docente contribuiram na

direção de gerar, com o decorrer desses processos, uma identificação do professor com o trabalhador de outras categorias. Nesse sentido

A nova consciência e nova prática dos trabalhadores da educação é se sentirem como trabalhadores e sentirem a necessidade de se associarem como tais, e organizarem sua luta nos mesmos moldes dos trabalhadores da produção, do comércio [...] e sobretudo se sentirem solidários nos mesmos objetivos de questionar o modelo sócio-político e econômico, o Estado, a organização do trabalho [...] que os gera e explora como trabalhadores (ARROYO apud FERREIRA, 2006, p. 230).

Levando em consideração o processo de organização de luta, o professorado se assemelha em grande medida à classe operária, fabril, em sua organização em sindicatos e associações de classe, constituindo trabalhadores coletivos. Quando consideramos que por todo o território brasileiro já houve movimentos de professores em luta por melhores condições salariais e de trabalho, evidencia-se que essa profissão se tornou uma atividade de massa, com organizações coletivas a níveis estaduais e nacional (ALVES, 2009, p. 31). Os rumos que a educação pública básica nacional tomou no decorrer de seu processo histórico, sobretudo no que se refere à proletarianização, devem ser analisados levando em consideração a sindicalização, quando notamos que

[...] os efeitos da política educacional que implantou no sistema escolar a organização do trabalho que domina a produção empresarial capitalista está gerando suas contradições. Se o que se pretendia era a divisão e a hierarquização do trabalho educativo, o que se gerou foi a parcelação, diferenciação salarial e funcional, a depreciação do trabalho dos educadores de base, a grande massa e, conseqüentemente, se gerou sua consciência e organização (ARROYO apud FERREIRA, 2006, p. 230-231).

Sendo assim, “o contexto de criação dessas entidades seria a expressão da luta de classes frente à nova divisão do trabalho” (MIRANDA, 2005, p. 34). As organizações sindicais podem ser vistas como uma resposta ao sistema político econômico em suas expressões nas políticas educacionais, que conduz os professores à uma busca pela regulamentação e melhoria da qualidade da profissão: conquistas salariais, planos de carreira, garantias no emprego e qualificação para o exercício da profissão (HYPOLITO, 1991). Quando analisamos a sindicalização como um componente importante na formação de um professorado proletário, levamos em consideração que

Os diversos estágios do processo de tornar-se classe dessas novas camadas de trabalhadores assalariados se dá no campo da luta de classes, na esfera da práxis, como pressuposto para a concretização de suas formas organizativas – sindicato, movimentos, associação – e a transição para a luta local para uma luta nacional, da luta setorializada para uma ação do conjunto dos trabalhadores, são estágios transitórios para o processo de constituição da classe como composição coletiva que se organiza em torno de um programa comum, parte do processo de conformação da classe como partido (SOUZA SOBRINHO & FARIAS, 2017).

A organização sindical docente é mais um indicativo de uma composição coletiva dos professores como classe, ligada ao proletariado. Acreditamos nas associações sindicais docentes como um ambiente de reunião que possibilite a transformação da realidade de sua classe, de consciência de seu posicionamento, direcionando para a construção de uma abordagem crítica da escola como espaço e lugar de desenvolver e propiciar essas transformações e de formular projetos de sociedade contra hegemônicos, em uma prática pedagógica que propicie a condição de autonomia do sujeito (ROCHA, 2014).

Porém, quando se trata da atuação concreta das associações sindicais docente e de suas limitações, Ferreira (2006, p. 231) aponta que “o movimento docente tem mais apresentado estratégias defensivas de seus direitos do que elaborado estratégias propositivas”. Nesse sentido, os estudos sobre a atuação sindical docente demonstram uma crise sindical, onde “as representações que os professores elaboram sobre o sindicato evidenciam uma contradição entre lutas educacionais e lutas sindicais” (SOUZA apud FERREIRA, 2006, p. 231). Uma das expressões dessa crise se dá no sentido de alguns professores encararem a organização sindical “como uma entidade desencadeadora de greves” (SOUZA apud FERREIRA, 2006, p. 231) o que resulta na insatisfação por parte dos usuários da escola. São apontados como indicadores dessa crise:

[...] da crise da organização sindical docente: 1) esgotamento das greves; 2) ausência de diálogo com a população usuária das escolas públicas; 3) divergências político-ideológicas nas entidades; 4) distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado (VIANNA apud FERREIRA, 2006, p. 231).

Guerrero Serón (apud FERREIRA, 2006) traz uma contribuição importante no entendimento dessa crise ao trabalhar os principais motivos que levam um professor a se sindicalizar. São três motivos principais: os ideológicos, relativo à defesa das crenças; os solidários, relativo ao interesse coletivo; e os instrumentais, relativo aos interesses pessoais. Para Ferreira (2006) no caso brasileiro, quanto mais regredimos à época da luta contra a ditadura militar, mais nos aproximamos de filiações por motivos ideológicos e solidários. No contexto mais atual, considerando essa crise que gera a imagem de um sindicato como desencadeador de greves, infere-se um afastamento dos motivos iniciais da criação e do crescimento dos sindicatos, indicando que os motivos instrumentais predominam sobre aqueles que se sindicalizaram mais recentemente.

Souza Sobrinho (2014, p. 237) aponta que, em relação as formas de conflito desenvolvidas pelos sindicatos docentes,

[...] a finalidade inerente desse enfrentamento continua restrita à conquista de melhores condições de existência, ou seja, como possibilidade de abrandamento das condições contraditórias do trabalho perante o capital. Trata-se de uma luta restrita à esfera econômica, na qual a posição de antítese ao capital permanece em potência [...]. A concretização dessa passagem dá-se quando da subsunção da luta restrita à esfera econômica e à efetivação do programa revolucionário por parte da classe.

A luta sindical deve superar a esfera econômica e expandir-se para as esferas política e teórica, com a extensão do conflito de classes para todas as esferas da vida das classes, “buscando converter a contradição cotidiana em ação consciente com o objetivo de supressão do capital” (SOUZA SOBRINHO, 2014, p. 262).

Mostra-se necessário um resgate histórico do sentido da existência dos sindicatos. Para Marx (apud SILVA, 2007) as coligações de trabalhadores estão ligadas a dois processos: a extinção da concorrência entre os trabalhadores e; o engendramento e aprofundamento da concorrência contra os capitalistas. Essas relações indicam a unificação dos trabalhadores contra o capital, onde as primeiras investidas do proletariado nesse conflito se dão na luta pela permanência dos seus salários, indicativo da necessidade de constituição da organização coletiva. Assim, os sindicatos desenvolvem o caráter político da luta de classes, desenvolvendo a tendência de deixar de ser uma investida conjuntural do mundo do trabalho contra o capital, para ser uma investida estrutural, visando a superação desse modo de produção.

Tendo isso em vista, se torna clara a necessidade de que a luta sindical docente atual se unifique com a luta sindical dos trabalhadores num sentido geral, fortalecendo esse movimento político, avançando além das disputas econômicas e das investidas conjunturais para um conflito com vistas em um novo projeto de sociedade, uma investida estrutural. Miranda (2005) aponta que atualmente podemos identificar uma grande quantidade de formas organizativas e associações dedicadas a representar os trabalhadores “tais como os movimentos sociais de inúmeras vertentes, partidos políticos e sindicatos, organizações não-governamentais dentre outros” (p. 37). Sobre as inúmeras vertentes dos movimentos sociais, a autora acrescenta:

No Brasil, podemos identificar, sem tentar sermos exaustivos, os seguintes movimentos sociais organizados: de mulheres, de negros, de homossexuais, ecológico, de portadores de necessidades especiais, religiosos, que podem ser transclassistas ou ainda de caráter classista, de reforma agrária (MST, por exemplo), dos sem-teto, associações de bairro, entre outros (MIRANDA, 2005, p. 37).

Porém, a fragmentação e o parcelamento da classe trabalhadora é a principal forma desenvolvida pela capital para enfraquecer a união do proletariado. No contexto atual, para o “bom funcionamento da sociedade os conflitos de classes precisam ser negados e a noção de classe pulverizada” (FERNANDES, 2010, p. 149). Nesse sentido

[...] o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva e seu momento predominante (o toyotismo), o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e o advento da crise do sindicalismo, considerada expressão contingente da fragmentação da classe trabalhadora. Concluímos que hoje, mais do que nunca, o maior desafio do sindicalismo no Brasil na virada para o século XXI é romper com o viés burocrático-corporativo, organizar e mobilizar um contingente massivo de jovens operários e operárias, empregados e empregadas e, inclusive, trabalhadores por conta própria precarizados ou explorados pelo capital (ALVES, 2002, p. 71).

Tendo em vista o quão prejudicial é a fragmentação da classe trabalhadora, fica clara a necessidade de uma união maior entre todos os movimentos supracitados na fala de Miranda (2005), pois a fragmentação da classe proletária se dá nos próprios movimentos sociais – os proletários estão em todos esses movimentos. Não se trata aqui de negar a importância desses movimentos separadamente – cujas bandeiras consideramos importantes e legítimas – mas sim de defender o estabelecimento de relações mais promissoras entre os mesmos, visando a reunião de forças em prol do movimento trabalhador como um todo. A fragmentação da classe trabalhadora e a crise da luta sindical – incluindo a docente – estão permeados, como vimos, por diversos processos, entre eles “o desgaste das formas de lutas tradicionais e esquecimento histórico dos momentos iniciais da criação dos sindicatos” (FERREIRA, 2006, p. 232). Os trabalhadores precisam retomar consciência daquilo que os une e, nesse sentido, é de fundamental importância a releitura dos clássicos do marxismo, que viam na união dos trabalhadores a possibilidade da construção de uma sociedade melhor.

UNIFICAÇÃO E LUTA: UMA CONTRIBUIÇÃO DE LUKÁCS

Lukács (2003, p. 143), ao tratar da consciência de classe aponta um questionamento fundamental:

[...] em que medida a totalidade da economia de uma sociedade pode, em quaisquer circunstâncias, ser percebida dentro de uma determinada sociedade, a partir de uma determinada posição no processo de produção. Pois tanto quanto é preciso superar as limitações reais dos indivíduos na estreiteza e nos preconceitos de sua condição, tanto menos podem ser superados aqueles limites que lhes impõe a estrutura econômica da sociedade de sua época e sua posição nessa sociedade.

Dessa forma, o autor defende que dentro da própria consciência de classe há uma inconsciência, determinada conforme a classe e sua própria condição, como uma expressão mental da estrutura econômica objetiva. Nesse sentido, seria tarefa da abordagem histórica expor essa ilusão e estabelecer uma conexão real com a totalidade, pois enquanto a sociedade atual não for percebida em sua totalidade por determinada classe, ou seja, enquanto houver

inconsciência de classe, tal classe só poderá desempenhar papel subordinado, impossibilitada de intervir na marcha da história (LUKÁCS, 2003).

Ao tratar da consciência da classe dominante, burguesa, o autor defende que também há nela uma inconsciência, determinada pela negação burguesa do método histórico, cuja aceitação significaria abrir mão do próprio ponto de vista burguês: “disso nenhuma classe é capaz, ou melhor, seria preciso que renunciasse voluntariamente à sua dominação” (LUKÁCS, 2003, p. 147). Lukács afirma, porém, que essa barreira empreendida pela burguesia, que transforma sua consciência em uma “falsa consciência”, é uma barreira objetiva, relativa à situação da própria classe e seu posicionamento no processo produtivo. Sendo assim, a reflexão burguesa sobre a sociedade deve necessariamente se obscurecer ao se deparar com os problemas inerentes ao sistema capitalista, cuja superação pressupõe a superação do próprio sistema (LUKÁCS, 2003).

O capitalismo como sistema produtivo é o primeiro na história que oferece a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência de classe plena, pois é o primeiro onde as classes se expressam como a realidade imediata e histórica em si. Nesse sentido, há no capitalismo a possibilidade da consciência das verdadeiras forças motrizes que se escondem por trás dos motivos das ações humanas na história, pois, embora inconscientes, os aspectos econômicos estão presentes na própria consciência. Dessa forma, “com a constituição de uma sociedade com articulações puramente econômicas, a consciência de classe chegou ao estágio em que pode se tornar consciente” (LUKÁCS, 2003, p. 156).

Entretanto, a burguesia como classe dominante, age como classe no desenvolvimento econômico objetivo da sociedade, mas jamais poderá tornar-se consciente de que esse processo é regido pela própria burguesia, gerando a falsa consciência de que o processo é regido por leis exteriores à sua classe, leis experimentadas de modo passivo. Essa situação determina sua dominação, buscando organizar a sociedade de acordo com seus próprios interesses, desenvolvendo teorias que desenvolvam a visão de que a burguesia tem uma vocação para essa organização e dominação. Contudo, essas teorias jamais se estenderão à questão da totalidade, o que colocaria em risco sua dominação. Como sua dominação se dá pelo interesse de uma minoria, “resta a ilusão das outras classes, sua permanência numa consciência confusa como pressuposto indispensável para a manutenção do regime burguês” (LUKÁCS, 2003, p. 167).

Não obstante, essa mesma consciência da totalidade, que para burguesia significaria a ruína, para o proletariado

[...] significa uma acumulação de forças, o trampolim para a vitória, embora também assuma, sem dúvida, a forma de uma crise. Ideologicamente, isso significa que a mesma compreensão crescente da essência da sociedade, em que se reflete a lenta agonia da burguesia, tem para o proletariado o sentido de um crescimento contínuo de

poder. Para o proletariado, a verdade é uma arma portadora da vitória e o é tanto mais quanto audaciosa for. A raiva desesperada com que a ciência burguesa combate o materialismo histórico é compreensível: tão logo se vê obrigada a colocar-se ideologicamente nesse terreno, está perdida. Isso também permite compreender por que, para o proletariado, e somente para o proletariado, uma noção correta da essência da sociedade é um fator de poder de primeiríssima ordem, talvez até a arma decisiva” (LUKÁCS, 2003, p. 171).

Nesse sentido, está adormecida na consciência de classe do proletariado a possibilidade da construção de uma nova sociedade que apenas pode ser construída pelo proletariado e jamais pela burguesia. Assim, fica evidente a resistência burguesa em relação à ciência proletária, que, em sua plena realização, significaria o fim da dominação burguesa. Em outras palavras, “desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, o destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, da sua consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p. 174). Dessa forma, o papel da consciência de classe para o proletariado é a sua própria libertação, onde sua consciência “deve coincidir, de um lado, com o desvendamento da essência da sociedade e, de outro, tornar-se uma unidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis” (LUKÁCS, 2003, p. 174).

Sobre as razões que levaram ao enfraquecimento do sindicalismo, à crise, ao predomínio dos motivos instrumentais na sindicalização, Lukács (2003) afirma que na consciência de classe proletária surge uma contradição dialética entre o interesse imediato e o fim último, entre o fator individual e a totalidade. Nesse sentido, o autor aponta que o fator individual, concreto, surge, pois, sua própria essência é imanente ao sistema capitalista, e “somente quando inseridos na visão geral do processo e relacionados à meta final, esses fatores apontam de maneira concreta e consciente para além da sociedade capitalista” (LUKÁCS, 2003, p. 176). Nesse sentido

Há muito tempo Marx chamou a atenção para esse perigo, que reside particularmente na luta “econômica” dos sindicatos. “Ao mesmo tempo, os trabalhadores [...] não devem exagerar para si mesmos o resultado dessas lutas. Não devem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos [...], que aplicam paliativos e não curam a própria doença. Por isso não deveriam se consumir apenas nessas inevitáveis lutas de guerrilha [...], mas trabalhar simultaneamente para a transformação radical e usar sua força organizada como uma alavanca para a emancipação definitiva das classes trabalhadoras, isto é, para a abolição definitiva do sistema de assalariamento” (LUKÁCS, 2003, p. 180).

Lukács nos dá luz em relação as causas do enfraquecimento sindical, que perpassa o esquecimento ou o afastamento do objetivo final das associações trabalhadoras: a superação do sistema capitalista. Assim

a origem de todo oportunismo está justamente em partir dos efeitos e não das causas, das partes e não do todo, dos sintomas e não do fato em si; [...] em confundir o

verdadeiro estado de consciência psicológica dos proletários com a consciência de classe do proletariado (LUKÁCS, 2003, p. 180).

Esse processo fragmenta a organização e união proletária, visando reduzir a verdadeira consciência de classe do proletariado à um mero dado psicológico, cumprindo a

[...] mesma função que sempre exerceu a teoria capitalista: denuncia a concepção correta da situação econômica geral, a consciência de classe correta do proletariado e sua forma organizacional (o partido comunista) como algo irreal, como princípio contrário aos “verdadeiros” interesses operários (interesses imediatos, nacionais ou profissionais tomados isoladamente), como estranho à sua consciência de classe “autêntica” (dada psicologicamente) (LUKÁCS, 2003, p. 182).

O oportunismo busca tornar ilegítimo o movimento operário, sua forma de organização e seus objetivos. A sindicalização por motivos pessoais e individuais é uma expressão da ação do oportunismo dentro do movimento proletário. O oportunismo como resistência à superação do sistema capitalista é relevante quando analisamos que o proletariado é um produto do capitalismo e está submetido as formas de existência de seu criador. A forma de existência do proletariado é a reificação e a crítica dessa reificação em si, e enquanto essa classe não adquirir a visão completa da crise do capitalismo e a sua verdadeira consciência de classe, não deixará de ser essa mera crítica. Assim

[...] quando a crítica não é capaz de ir além da simples negação de uma parte, quando não é sequer capaz de aspirar a totalidade, então ela não consegue de modo algum ultrapassar o que nega, como demonstra, por exemplo, o caráter pequeno-burguês da maior parte dos sindicalistas. Essa simples crítica, feita do ponto de vista do capitalismo, mostra-se de maneira mais marcante na separação dos diferentes âmbitos de luta. A mera ocorrência da separação já indica que a consciência do proletariado ainda se encontra sujeita à reificação (LUKÁCS, 2003, p. 185).

Lukács se opõe à essa consciência rasa, à mera crítica de uma parte do sistema sem a visão de sua totalidade, explicando assim o caráter pequeno-burguês da maior parte dos sindicalistas ao seu tempo. Tratando do oportunismo e da reificação, o autor reforça a importância da visão da totalidade e do não esquecimento do objetivo final da união e da consciência trabalhadora. Para ele, “trata-se de saber apenas quanto (o proletariado) deve sofrer ainda antes de alcançar a maturidade ideológica, o conhecimento correto da sua situação de classe, a consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p. 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo os estudos que consideravam o professorado como componentes das classes médias admitiam a existência de um processo de proletarização, posicionando os professores

cada vez mais perto do proletariado. Consideram o trabalho docente como produtor indireto de valor, por meio da capacitação da mão de obra, trabalhando em função do capital. O fato de o professorado ser assalariado em sua totalidade e não serem proprietários dos meios de produção são fatos que, inegavelmente, os aproximam do proletariado. Há ainda o fato de seu trabalho ser coletivo e de ter perdido boa parte do controle sobre seu processo de trabalho, sendo essa perda de autonomia um fator importante para a aproximação do professorado em relação ao proletariado.

Assim, uma abordagem histórica do decorrer desse processo nos leva à ideia da proletarização docente, ou seja, a ideia de que, mesmo que um dia, o professorado tenha sido parte das classes médias, essa categoria foi suprimida pelas transformações recentes do capitalismo e pelo Estado monopolista, em direção ao proletariado. Esse processo se expressa de diversas maneiras: o assalariamento, a perda gradativa do domínio sobre o próprio trabalho, a perda gradativa do prestígio social, a supressão das condições de trabalho, a ampliação da jornada e intensificação do trabalho, a feminização do professorado, a fragmentação e o parcelamento do trabalho. O estudo desses processos nos leva à questão da organização sindical, no sentido de que com o decorrer dessa proletarização os professores passaram a se organizar em torno da luta por objetivos comuns – atualmente a luta por melhores condições de trabalho, em um sentido geral.

Se debruçando sobre o processo de sindicalização docente, nos deparamos com uma modalidade de organização semelhante à do proletariado, que promoveu, no decorrer de décadas, a transformação da identidade docente, sobretudo a identidade política. Quando entendemos que “o contexto de criação dessas entidades seria a expressão da luta de classes frente à nova divisão do trabalho” (MIRANDA, 2005, p. 34), evidencia-se o posicionamento do professorado alinhado ao do proletariado. Porém, há nessa sindicalização uma crise, identificada por muitos autores como ligada a um “desgaste das formas de lutas tradicionais e esquecimento histórico dos momentos iniciais da criação dos sindicatos” (FERREIRA, 2006, p. 232).

No sentido de realizar um resgate histórico da importância da consciência de classe do proletariado. Lukács (2003) defende que há uma inconsciência dentro da própria consciência de classe, estabelecida a partir das limitações do posicionamento do indivíduo dentro da estrutura produtiva. Assim, no caso do proletariado, essa ilusão imposta pela inconsciência somente poderia ser superada através da abordagem histórica da sociedade, que possibilitaria o reconhecimento e compreensão dos reais mecanismos que gerem o movimento da história. Nesse sentido, o autor chama atenção para a importância do estudo da sociedade em sua

totalidade, que somente quando considerada essa totalidade a consciência de classe proletária poderia ser alcançada.

O autor também chama atenção para a “falsa” consciência burguesa, apontando que para a burguesia é uma questão fundamental não reconhecer essa totalidade, o que colocaria em risco sua própria dominação. Assim, enquanto a abordagem histórica poderia levar a consciência de classe do proletariado, possibilitar sua libertação e a superação do capitalismo, a burguesia necessariamente busca combater esse processo, tornar ilegítima a abordagem histórica e obscurecer os problemas do capitalismo e as possibilidades de sua superação, devido ao seu próprio posicionamento na estrutura produtiva. Assim, resta à burguesia a elaboração e execução de estratégias que estabeleça uma certa confusão entre o proletariado e evite sua tomada de consciência enquanto classe.

Cabe ao proletariado superar as barreiras impostas pela burguesia, as lutas sindicais devem avançar para além do campo econômico, empreendendo uma luta política e social, ou seja, considerando a totalidade. Nesse sentido, a questão individual, dos objetivos imediatos, impostas como resistência pela própria estrutura do sistema capitalista, deve ser sobrepujada. O oportunismo é apontado como um fator que gera a fragmentação da classe operária, consistindo em lutar contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que nos levaria à uma luta contra o próprio sistema capitalista. Em outras palavras, os sindicatos não devem se ater as lutas do campo econômico, como a manutenção dos direitos e das condições de trabalho, impostas pelo próprio sistema, mas sim avançar para uma luta contra o próprio sistema no sentido de superar o capitalismo. O autor reafirma a importância de o movimento proletário sempre considerar o objetivo final de sua classe, pois “desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, o destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, da sua consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p. 174).

É importante notar que, enquanto temos pelo menos dois séculos e mobilização do movimento operário ao redor do mundo – sobretudo nas potências industriais capitalistas – temos apenas algumas décadas de sindicalismo docente no Brasil, indicando uma certa imaturidade ideológica dessa classe em sua organização e atuação. Para reforçar esse quadro, temos que levar em consideração que estudos empíricos das décadas de 1950 e 1960 demonstravam que a maior parte dos professores dessa época eram originários de famílias consideradas como classe média. Esse cenário mudou apenas nas últimas décadas, o que indica que apesar de o processo de proletarização estar acontecendo a muitas décadas, a identificação dos professores com a classe operária aconteceu nas décadas mais recentes. Em outras palavras, a aproximação do professorado com o proletariado enquanto identificação política se deu

apenas nas últimas décadas, sobretudo nas lutas pela redemocratização durante o Regime Militar.

Como resultado dessas reflexões, pode-se concluir que trata-se de um sindicalismo recente, imaturo quanto aos seus objetivos. Ainda se restringe muito ao que Lukács (2003), citando Marx, definiu como “luta econômica” (p. 180). No contexto docente, trata-se de um sindicalismo que luta pela melhoria das condições de trabalho docente, dos planos de carreira, adotando estratégias defensivas ou até mesmo propositivas, mas que não vão além disso.

Claramente, após a consideração das ideias de Lukács, fica evidente que o professorado, enquanto identificado politicamente com o proletariado, não tem ciência plena de sua função na luta de classes, predominando, portanto, a inconsciência de classe. Nesse sentido, o professorado enquanto classe se encontra, em grande medida, entregue ao oportunismo, empreendendo lutas econômicas e combatendo os efeitos e não as causas. O professorado precisa empreender no desenvolvimento de sua maturidade ideológica no sentido de tomar consciência de que, enquanto classe trabalhadora, enquanto coletivo explorado, enquanto conjunto cada vez mais próximo do proletariado, deve compartilhar dos objetivos do mesmo: o despertar de sua consciência de classe no sentido de transformação da sociedade e superação do capitalismo.

Por fim, pensando nesse amadurecimento, “o trabalhador só pode tornar-se consciente de seu ser social se esse tornar consciente de si mesmo como mercadoria” (LUKÁCS, 2003, p. 340). Assim, conclui-se que o professorado, nesse movimento de identificação com o proletariado, precisa se conscientizar de que assim como os operários, seu trabalho foi transformado em mercadoria, e por consequência ele mesmo, mercadoria vendida em função da circulação do capital e do enriquecimento alheio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Trabalho docente e proletarização. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.36, p. 25-37, dez. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art03_36.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

AMARAL, Cláudia Letícia de Castro do; BRITTES, Letícia Ramalho. Professores pertencentes à “classe-que-vive-do-trabalho”. **SINAIS - Revista Eletrônica**, Vitória, n.11, v.1, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/4576/3560>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a02v32n2.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FERNANDES, Hélio Clemente. **O trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização?** Cascavel: [s.n.], 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/921/1/Dissertacao_Helio_Clemente_%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Processo de trabalho na escola. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/fae/ppge/arquivos/File/hypolito_Teo_Ed.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. Revisão da tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 598p.

MIRANDA, Kênia. **A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-RIO, da UPES e do SEPE-RJ**. Niterói: [s.n.], 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-08-03T110428Z-247/Publico/UFF-Educacao-Dissert-KeniaMiranda.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. A natureza sócio-histórica do trabalho docente: do sacerdócio à sindicalização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 15, 2009, Fortaleza, **Anais...** [S.l.]: [s.n.], 2009, p. 1-8. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1275.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Brasília: [s.n.], 2008. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1149/1/TESE_2008_ErlandoDaSilvaReses.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ROCHA, Deise Ramos da. Sindicalização de professores iniciantes na carreira docente: um diálogo emergente. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA EM ENSINO, 17, 2014, Fortaleza, **Artigos...** [S.l.]: [s.n.], 2014, p. 6299-6309. Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/SINDICALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES%20INICIANTES%20NA%20CARREIRA%20DOCENTE%20UM%20DI%20EMERGENTE.pdf>>. Acesso: 22 mar. 2018.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. A educação do educador: a sindicalização dos trabalhadores em educação e o esforço de elaboração de uma identidade política. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2007, Olinda, **Resumos...**

[S.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/237.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SOUZA SOBRINHO, José Pereira de; FARIAS, Paula Emanoela Lima de. O conceito de Classe e o professor como Proletariado-qualificado em Marx. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017: DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867 – 1917), 2017, Niterói, **Anais...** [S.l.]: [s.n.], 2017, não paginado. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC71/mc711.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SOUZA SOBRINHO, José Pereira de. **O conceito de classe em O Capital**: o professor como proletário em Marx. Fortaleza: [s.n.], 2014. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=19514>. Acesso em: 23 mar. 2018.